

Análise: a reforma do Ensino Médio brasileiro

Por Thelma Polon – Diretora Pedagógica do Eliezer Max

Junho de 2017



Em maio, realizamos no Eliezer Max um painel com especialistas convidados para discutir a reforma educativa que o MEC aprovou para o Ensino Médio brasileiro. A Lei maior que dará sustentação a essa reforma já foi modificada, que é a LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional 9394/96. No entanto, falta a publicação da nova Base Nacional Comum Curricular (BNCC) que o MEC está produzindo e que deve ficar pronta até o ano que vem. A partir daí, as escolas deverão reorientar seus currículos de forma a permitir que os alunos possam escolher algumas matérias, além de cursarem aquelas que serão comuns a todos. (leia o artigo na íntegra)

Apesar dessa notícia estar sendo divulgada como uma novidade, é importante salientar que o projeto de reforma educativa do Ensino Médio existe há pelo menos duas décadas. Isso porque, nos anos 1990, o Brasil já realizou uma ampla reforma da educação que previa, para este segmento destinado à educação dos jovens, que o currículo brasileiro de tradição “enciclopédica” fosse “desbastado” de forma a possibilitar às escolas o desenvolvimento de competências e habilidades nobres e mais sintonizadas com as demandas do tempo presente, envolvendo o aprendizado não só de fatos, dados e conceitos (saber), mas também de procedimentos próprios às várias áreas do conhecimento (saber fazer) e atitudes (saber ser). O conhecimento proposto foi organizado originalmente em três grandes áreas, cuja denominação enfatizava os aspectos que a escola deveria salientar, a saber: Linguagens, Códigos e suas tecnologias; Ciências da Natureza, Matemática e suas tecnologias, Ciências Humanas e suas tecnologias, que deveriam ser tratadas numa perspectiva interdisciplinar e com conhecimentos devidamente contextualizados para favorecer aprendizagens mais relevantes e significativas para a vida dos alunos. Também vem dos anos 1990 a ideia de que as escolas regulares deveriam reservar parte da sua carga horária total para a oferta de projetos especiais abertos à escolha dos alunos, de forma que eles pudessem experienciar algo das linguagens, ambiências e fazeres do mundo do trabalho, ainda que não

fosse com um sentido de profissionalização. Isso se justifica pelo fato de que o ensino médio brasileiro há muito tempo vinha se caracterizando por uma estrutura dual, ou seja, de um lado existiam as profissionalizantes, que ofereciam uma carga horária menor voltada à formação geral dos alunos e por isso mesmo muitas vezes de caráter “terminal”, ou seja, não preparatórias para o ensino superior, e de outro lado as escolas propedêuticas, com conteúdos excessivamente acadêmicos e sem qualquer caráter mais prático ou vinculado à vida ou ao mundo do trabalho.

Em que pese a preocupação com as condições de implementação dessa reforma nas escolas públicas, que em muitos casos não detêm as condições materiais de realização dessas inovações, no Eliezer Max entendemos que esta reforma pode ser entendida como oportunidade para que possamos repensar as práticas curriculares no Ensino Médio e trazer para estes anos de finalização da educação básica, conhecimentos e práticas mais relevantes para a formação dos alunos.